

A MULHER MIGRANTE EM HONDURAS

Janete A. Ferreira *

Foto cedida pela autora

Os países da América Central, durante décadas, foram vítimas de toda sorte de violências políticas e sociais. Foram o palco de guerras civis sangrentas e de massacres indiscriminados, onde a principal vítima foi a população mais pobre. Isso gerou uma onda de refugiados na região, que veio engrossar o caldo dos fluxos migratórios que buscam novas oportunidades nos países da América do Norte. No entanto, uma incipiente industrialização em alguns países, como Honduras, tem provocado uma crescente migração rural-urbana interna. Nas indústrias de Honduras, conhecidas como as *maquiladoras*, destaca-se a presença de operárias, mulheres migrantes de origem rural. Neste artigo, procura-se traçar um perfil das condições de vida dessa parcela da população trabalhadora hondurenha.

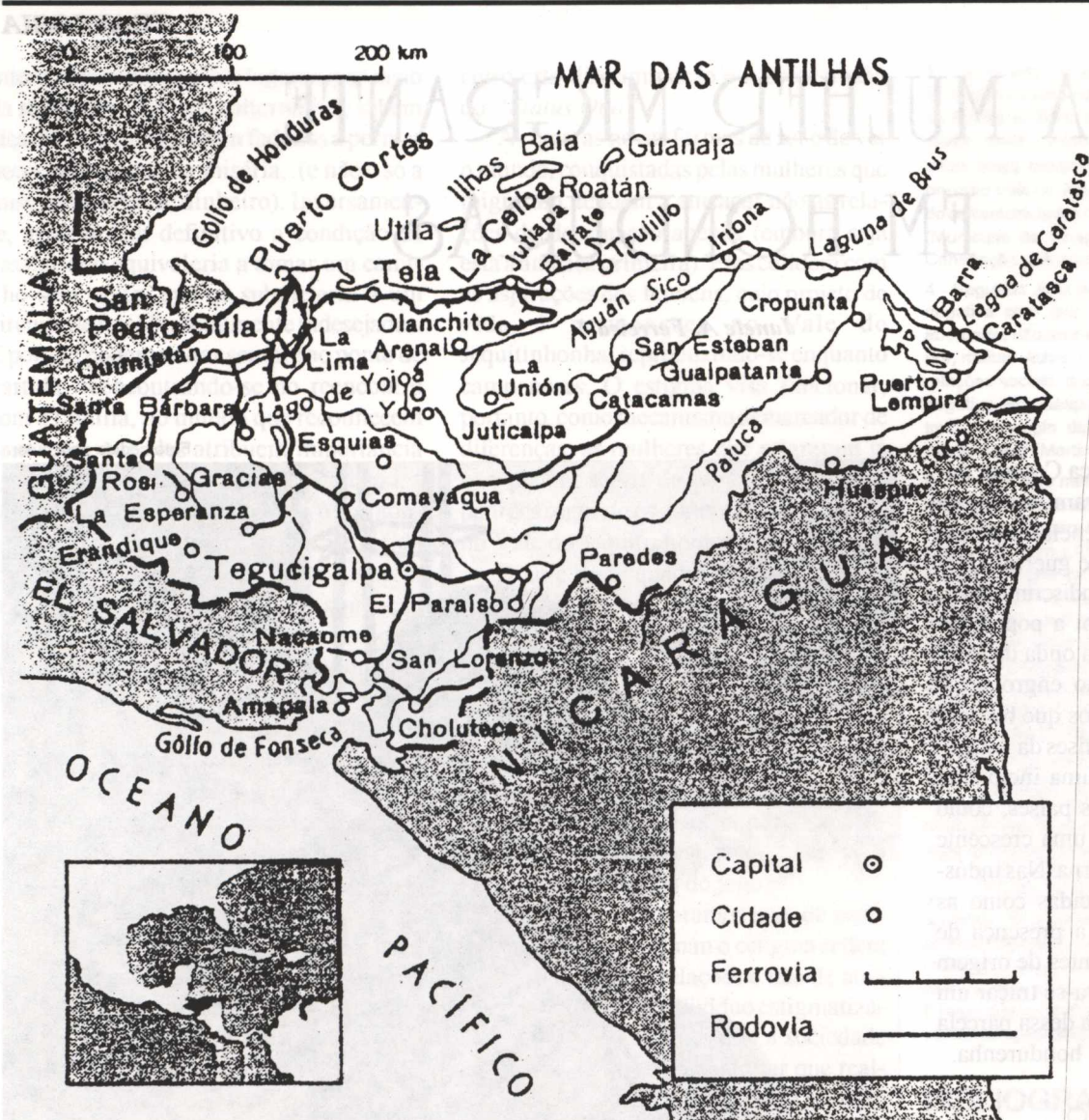
O retrato de um país centro- americano

Honduras localiza-se no coração da América Central, com uma extensão territorial de 116.160 km² e uma população de mais de 5 milhões de habitantes.

Ao Norte o país é banhado pelas águas do Mar Caribe ou Mar das Antilhas, ao Sul, no Golfo de Fonseca, pelo Oceano Pacífico e suas fronteiras secas limitam com as Repúblicas da Nicarágua, El Salvador e Guatemala.

Está dividido em 18 Departamentos (estados), nos quais se destacam como principais cidades Tegucigalpa (capital federal), San Pedro Sula (capital industrial), El Progreso, La Ceiba, Choluteca, Puerto Cortés, Santa Rosa de Copán, Comayagua, Tela e Juticalpa.





cas, ou então como empregadas domésticas.

Causas da migração feminina em Honduras

Honduras tem exportado contingentes significativos de mulheres para os países do norte, desde antes da década de 80, quando viajavam principalmente para os Estados Unidos para trabalhar como domésticas, trabalhadoras agrícolas e industriais, trabalhadoras noturnas e prostitutas. No entanto, com o incremento da crise econômica e da pobreza, muitas mulheres são obrigadas a deslocar-se dentro e fora do país a procura de trabalho. Aproximadamente 1/3 das mulheres jovens e adultas são chefes de família, enquanto outras devem auferir algum tipo de salário para ajudar o

Conforme dados estatísticos do ano de 1990, 42% da população hondurenha tinha menos de 15 anos de idade e mais ou menos 59% vivia na área rural, mas já se observava uma forte migração campo-cidade.

Um pouco mais de 1/3 da população é analfabeta e ao redor de 60% dos economicamente ativos tem menos de 3 anos de primário.

A maioria dos hondurenhos não tem acesso aos serviços básicos e a falta de infra-estrutura agrava as condições de saúde, especialmente nas zonas rurais. Cerca de 61% das casas não possuem água potável e 62% carece de sistema sanitário.

Atualmente, 80% dos lares não dispõem dos recursos para comprar a cesta básica e nas grandes cidades como Tegucigalpa e San Pedro Sula, 75% dos habi-

tantes vivem em zonas marginais (favelas) com um baixíssimo poder aquisitivo. De cada 5 hondurenhos, 4 vivem em situação de indigência e extrema pobreza¹.

Uma recente e ainda precária industrialização do país modificou a distribuição espacial da população hondurenha. A metade da população se encontra no chamado "corredor central", localizado entre os departamentos de Francisco Morazán (Tegucigalpa), Comayagua e Cortés (San Pedro Sula), que são considerados os mais desenvolvidos e portanto de maior atração. Devido ao movimento de urbanização e instalação de indústrias chamadas *maquiladoras*, o processo migratório vem se impondo significativamente. As mulheres são as que mais emigram no interior do País para os departamentos acima mencionados, trabalhando sobretudo nas fábricas

seu companheiro, o que é fundamental para a sobrevivência da família.

São dois os fatores que obrigam as mulheres hondurenhas a emigrar: a **violência estrutural** e a **violência doméstica**. Estes fatores, porém, são dependentes entre si e influem de maneira diferente no comportamento da população feminina.

A **violência doméstica** está influenciando na decisão de emigrar porque muitas mulheres foram e são abusadas quando meninas e adolescentes, e por isso deixam suas casas para procurar outro ambiente. Na maioria dos casos, quando não conseguem algum lugar com familiares ou amigos, terminam prostituindo-se. Desprezadas pela família, comunidade e até pelo sistema judicial que considera que é a mulher quem provoca o abuso por parte do homem, estas mulheres entram em um mun-

do do qual é muito difícil sair.

O direito à integridade física, sexual, emocional e moral é constantemente violado na vida destas mulheres, pois estas sofrem tanto em âmbito público como privado. Estão expostas a privações e tratos desumanos e degradantes por parte dos familiares e de futuros companheiros que se aproveitam de sua situação de fraqueza física.

A sociedade hondurenha valoriza mais a educação e a capacidade do homem para o trabalho, pois a mulher é vista como mãe e esposa que tem que se encarregar da família. A contradição surge quando ela tem que assumir a responsabilidade de manter sua família sozinha.

A **violência estrutural** é outro fator que influi na decisão de migrar. A informação estatística disponível demonstra que as mulheres em Honduras apresentam uma situação caracterizada por condições de vida (nível de pobreza, educação, saúde, condições de trabalho, etc.) acentuadamente deficientes. De fato, as condições que enfrentam estão entre as piores da América Latina. A população masculina tem sofrido também uma deterioração na situação atual, mas no caso particular das mulheres ela assume conotações específicas e gera problemas diferentes.

Existe uma discriminação institucionalizada contra a mulher. A dignidade da pessoa como valor central de direitos humanos é constantemente violada. As mulheres hondurenhas são cidadãs de segunda categoria que não têm direito à educação, a decidir livremente sobre seus projetos de vida, a trabalhar para gerar um nível de renda considerado digno, à capacitação laboral, à organização, à liberdade religiosa e política, a escolher livremente seu companheiro e sua maternidade, entre muitas outras restrições. A condição de pessoa lhe é negada desde o momento em que se considera subordinada ao homem para todas suas decisões e é excluída da política nacional como agente de transformação.

A feminização da pobreza em Honduras está fazendo com que muitas mulheres tenham que emigrar para trabalhar em outros países. As que emigram para fora do país enfrentam violações em seus direitos humanos, sendo um dos mais afetados o

direito à segurança, visto que elas se expõem frequentemente ao assédio sexual. Ele se manifesta nos casos de abusos e violações sexuais por parte dos que lhes facilitam a migração: os oficiais e outros funcionários com os quais são obrigadas a tratar para atravessar as fronteiras, e até mesmo por parte de seus companheiros. Já se identificou casos de mulheres migrantes que são forçadas a prostituir-se com seus próprios companheiros sob a ameaça de serem denunciadas à polícia.

Em Honduras o modelo econômico vigente requer, cada vez mais, a incorporação da força de trabalho feminina. Sendo assim, a indústria de exportação chamada *maquiladora* recruta, de forma massiva, principalmente jovens e solteiras. Este processo está gerando mudanças sociais significativas, pois a proletarianização de mulheres rurais jovens motiva a migração campo-cidade, altera a economia rural e redefine as funções dos integrantes da família camponesa. Esta porção da força de trabalho feminina vive numa instabilidade permanente, pois estas operárias estão sujeitas a serem despedidas a qualquer momento, e assim ficar desempregadas ainda jovens, quando a empresa considera que sua vida útil como trabalhadora termina (por redução de produtividade, gravidez, casamento, etc.). Muitas destas mulheres não podem regressar à sua comunidade, ou porque lá não existem fontes de trabalho, ou porque também acabam gerando conflitos familiares (mudança na forma de vida, por ter filhos, etc.).

O trabalho das mulheres na indústria *maquiladora*

Usamos o termo *maquiladora* para referir-nos a uma série de fábricas, nas quais, partindo de produtos semi-acabados vindos do exterior, se elaboram bens no território e com mão-de-obra nacional, para depois exportar estes produtos terminados.

Estas empresas operam em países que se caracterizam por baixos salários, alto nível de desemprego, escasso controle na degradação dos seus recursos naturais e ambientais e contaminação ambiental, e o mais importante, governos que estão à

disposição para apoiar este tipo de investimento, através da eliminação de tarifas e outros obstáculos que impedem o uso de mão-de-obra barata.

Em Honduras, a expansão da indústria *maquiladora* é um fenômeno recente. Seu início foi em 1978, ao criar-se as Zonas Livres em Puerto Cortés e depois as Zonas Industriais de Processamento (ZIP) em 1987. Estas encontraram condições favoráveis para operar no país, frente ao crescente problema do desemprego e subemprego, agudizado com a aplicação de medidas de ajuste estrutural da economia.

É muito pouco o que se conhece sobre o impacto que a modalidade industrial *maquiladora* tem sobre as mulheres operárias, apesar de se saber que são empresas com alto grau de emprego feminino. Dos 8.294 empregos gerados pela indústria *maquiladora* (atualmente mais ou menos 47 mil), 75% são desempenhados por mulheres com idade entre 15 e 25 anos e com uma escolaridade máxima de seis anos². Este desconhecimento acima mencionado decorre da falta de interesse por esta realidade social, e também porque os empresários não oferecem e não deixam filtrar informações sobre seu funcionamento. Por outro lado, os estudos mais recentes sobre a indústria *maquiladora* centram-se em critérios econômicos.

Uma investigação realizada pelo Centro de Estudos da Mulher (CEM-H), na ZIP Choloma³ constatou que as mulheres que trabalham aí são jovens com uma idade média de 22 anos, sendo que o grupo mais representativo é o entre 15 a 20 anos. A maioria são solteiras. Esta pesquisa indica-nos também que 63,4% das entrevistadas são procedentes das áreas rurais dos diversos departamentos do país e que suas famílias continuam morando no lugar de origem.

No último censo de 1988, as mulheres eram a maioria dos migrantes urbanos em todas as cidades mais importantes de Honduras, onde a força de trabalho feminina encontrava maiores oportunidades de emprego no setor de serviços e comércio. A demanda de mão-de-obra que gerou a instalação das *maquiladoras* no setor norte do país, gerou um novo fluxo migratório para esta região em busca de emprego no setor

industrial.

As trabalhadoras migrantes, geralmente, chegam motivadas por uma amiga ou parente que já trabalha na *maquiladora*. Costumam chegar em grupos, várias de um mesmo povoado, pois se apoiam solidariamente para solucionar os problemas de moradia e da vida cotidiana.

A jornada de trabalho mais frequente é de 10 horas, com um horário de 7 às 17 horas, e o salário mensal de mais ou menos setenta dólares, incluindo horas extras.

O ambiente de trabalho é muito controlado e as operárias indicaram que existem restrições para falar com as companheiras, para levantar-se do lugar de onde trabalham e para ir ao banheiro. Também a metade das entrevistadas disseram que são perseguidas pelas supervisoras e algumas recebem assédio sexual por parte dos chefes e vigilantes.

Segundo esta investigação, as mulheres trabalham em um ambiente muito isolado em relação ao mundo exterior, em espaços fechados, sem janelas, com luz artificial e ar condicionado, amontoadas e, em alguns casos, com as portas das fábricas fechadas à chave durante a jornada, deixando as operárias em condição de

prisioneiras. A tudo isso soma-se um tipo de trabalho repetitivo e de rotina, muita pressão para alcançar as metas pré-estabelecidas na produção e longas jornadas, o que gera muito cansaço e tensão nas mulheres, obrigadas geralmente a fazer horas extras.

Considerações finais

A instalação e expansão da indústria *maquiladora* em Honduras é vista, por parte dos governantes, como a solução para os problemas de desemprego e pobreza no país. A tendência oficial é seguir promovendo a expansão deste setor industrial. Isto porque Honduras tem todas as condições para atrair os investidores estrangeiros, haja vista que existe ampla disponibilidade de mão-de-obra barata. Dessa maneira, as indústrias operam sob o amparo de uma legislação especial, sem controle sobre as condições de trabalho e contaminação ambiental.

A grande maioria dos trabalhadores nas *maquiladoras* são mulheres, jovens, solteiras, com nível de escolaridade primária, procedentes da área rural e que estão contribuindo para a sobrevivência de

suas famílias nos lugares de origem. Algumas indústrias, principalmente coreanas, já foram denunciadas ante o Senado dos Estados Unidos pelos maus tratos com as operárias.

Ainda que as *maquiladoras* sejam fonte de trabalho para milhares de hondurenhos, isso não autoriza aos investidores a tratarem essas trabalhadoras como escravas, violando seus direitos mais elementares, as leis trabalhistas e até a Constituição da República. Nesse sentido é que organizações de defesa dos direitos humanos e sociais vêm se mobilizando para frear e punir os responsáveis, sejam eles estrangeiros ou nacionais.

**Janete A. Ferreira é missionária Scalabriniana, Mestre em Ciências Sociais/PUC-SP, exercendo atualmente a função de Secretária Executiva da Pastoral da Mobilidade Humana de Honduras.*

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- 1 - UDIP- (1993) *Documento insumo para el Foro con los Señores candidatos a la Presidencia de la Republica.*
- 2 - Fundación Friedrich Ebert. (1992) *Sondeo sobre las Condiciones de Trabajo y Contratación de las Mujeres que laboran en las Maquilas.*
- 3 - CEM-H. (1994) *Condiciones laborales y de genero de las obreras de las maquilas en Choloma.* Tegucigalpa, Honduras.

Foto cedida pela autora

